

# A cidade difusa e os instrumentos para o seu (re)conhecimento: O “atlas eclético” de Stefano Boeri \*

Sara Sucena–Garcia, ARQUITECTA

Professor auxiliar, Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa  
CAPP – ISCSP, Universidade de Lisboa | LEP – FCT, Universidade Fernando Pessoa  
[ssg@ufp.edu.pt](mailto:ssg@ufp.edu.pt)

## RESUMO

A *cidade difusa* é o contexto, no quadro da cidade contemporânea, de que parte o presente artigo. Apesar de comparável em certos aspectos a outras realidades urbanas mundiais, essa assume características estruturais específicas que lhe garantem uma *localidade* concreta, europeia, mesmo que não possa ser generalizável nesse espaço. É possível, então, descrever os seus atributos, sistematizando factos de incompreensão julgados caóticos, mas que assim se classificam – essencialmente – por recusa de ver a *figura urbana* que está diante dos olhos. A necessidade da sua conceptualização para, em consequência, definir um aparato técnico que lhe seja ajustado, é, contudo, condição para planear e intervir na nova realidade urbana. A noção de um “*atlas eclético*”, tal como descrito por Stefano Boeri (1997/2011) em vários textos, é pretexto para discorrer sobre a pertinência deste instrumento para o (re)conhecimento da cidade difusa, assim a legitimando como expressão urbana «plena».

## PALAVRAS-CHAVE

Cidade difusa, Planeamento urbano, Representação urbana, Mapeamento urbano, Atlas Eclético

## ABSTRACT

The *diffuse city* is the concept, within the contemporary city framework, from which stems this paper. Although comparable to some extent to other world urban realities, the diffuse city assumes specific structural features that grant it a concrete *placement*, a European rootedness, though it may not be generalized within this space as a whole. It's therefore possible to describe some of its characteristics, pointing out its typical misunderstood aspects, broadly seen as chaotic, a classification mostly due to a refusal to see the *urban figure* that is before our eyes. The need of its conceptualization to define an adjusted technical apparatus is, however, a prerequisite to plan and act in the new urban reality. The notion of an “*eclectic atlas*”, as described by Stefano Boeri, is a pretext to discuss the relevance of this instrument for the (re)cognition of the diffuse city, thus legitimating it as full urban expression.

## KEYWORDS

Diffuse city, Urban planning, Urban representation, Urban mapping, Eclectic Atlas

\* Texto escrito segundo a antiga ortografia.

## 1. A "CIDADE DIFUSA" (INDOVINA, 1990) – QUANDO FAZ SENTIDO DEFINIR O CONTEXTO...

É hoje comumente aceite que o mundo é globalmente urbano, no estrito sentido de que mais de metade da sua população vive em áreas urbanas<sup>1</sup>. Esta "urbanização planejada"<sup>2</sup> (Brenner, 2014), contudo, apesar de traços comuns<sup>3</sup> que a legitimam como questão de interesse disciplinar e geográfico transversal<sup>4</sup>, revela especificidades relacionadas com os seus contextos locais concretos, que permitem pelo menos distinguir a cidade por continentes, não sendo estranho ainda destacar, no interior destes, o Norte e o Sul, dando como distintas a cidade norte-americana da sul-americana, ou a cidade do norte e do sul da Europa. Em particular, interessa-nos focar esta mesma, "A cidade europeia (que) é ainda muito diferente da dos outros continentes" (Secchi, 2013, p. 29) e, dentro desta, aquela que se designa como "cidade difusa" (Indovina, 1990), remetendo o seu entendimento para uma realidade que se retracta da "generalidade"<sup>5</sup> de aplicação terminológica a que é com frequência votada e que assim sintetizamos a partir de três condições estruturais enunciadas pelo autor (Indovina, 1999, pp. 52-3):

- (1) a existência de um *território agrícola*, cuja rentabilidade é complementar a outros rendimentos e onde a fragmentação da propriedade é assinalável;
- (2) a existência de infra-estruturas, sobretudo de comunicação viária, que na proporção da riqueza da rede incrementa a possibilidade de *difusão*;
- (3) a existência de uma "«rede» de centros" populacionais de pequena/média dimensão, onde os aspectos funcionais, sociais e económicos encontram a sua referência articuladora.

A partir desta conjuntura original, a cidade difusa constrói-se como tantas outras cidades contemporâneas europeias, através do "predomínio das baixas densidades tanto em áreas residenciais de habitação unifamiliar como nos agrupamentos de habitação colectiva", mas também do

"[...] carácter cada vez mais extensivo das novas áreas industriais, dos parques de escritórios fechados, dos equipamentos desportivos e de todo o tipo, universidades, aeroportos e implantações civis ou militares, centros comerciais, instalações técnicas [...], etc. [sem contar usos «semiurbanos» como aterros sanitários, pedreiras, reservatórios, estufas plásticas...]" (Monclús, 1998, p. 7)<sup>6</sup>.

Num contexto de mobilidade – a palavra-chave para compreender estes espaços (Ascher, 1995) – quer física<sup>7</sup> quer virtual, estas peças organizam-se

"[...] através de operações autónomas, indiferentes entre elas, que negam os atributos mais emergentes da cidade tal como a conhecemos, quer dizer, com interrelação de funções, com articulação e vertebração formais e com uma mínima coesão social." (Espanol, 1996, p. 15)

Acresce Monclús (1998, p. 7) a esta descrição, a justaposição dessas peças "em forma descontínua e entre as quais proliferam espaços intersticiais, vazios urbanos e «terrains vagues»", dando corpo a um processo, a uma maneira de fazer, mas igualmente a uma imagem com "espaçamentos" (Choay, 1969) *novos e inusitados* entre edifícios e funções, *espaçamentos* de e em várias escalas, que constituem elemento intrínseco da nova cidade – talvez o mais perturbador e o que mais interfira na imagem tradicional de cidade –, mas que não se sabem interpretar.

## 2. A FIGURA: RESISTÊNCIAS CONCEPTUAIS – QUANDO NÃO SE QUER VER O QUE ESTÁ DIANTE DOS OLHOS...

Perante o cenário apresentado, a questão principal que (ainda hoje) se levanta relativamente à *cidade difusa* é a do seu entendimento e aceitação como *figura de cidade*, ou *figura urbana*, que não se confunde com a cidade tradicional, não se explica (exclusiva ou determinantemente) nela e que é tão legítima quanto esta. Talvez a maior dificuldade resida exactamente nesta equivalência de legitimidade, que significa situar no mesmo plano de importância as velhas cidades e esta «coisa» emergente a que também se chama cidade. Talvez o que mais custe seja aceitar a perda de protagonismo dessas aglomerações centrais, mais ou menos

importantes no passado, as quais, no contexto da cidade difusa, deixam de ter não só essa sua importância maior, como a autonomia relativa, em prol de um conjunto alargado onde são um de entre vários centros (mesmo que tal não signifique a sua indistinção relativamente aos restantes), e cuja expressão extrema, numa interpretação que os dilui no conjunto, pode ser a sua ignorância no âmbito da “*cidade sem centro*” (Dematteis, 1998, p. 24).

A *construção* da cidade difusa no tempo resultou de um processo cuja compreensão não é linear, surgindo como uma “*mutação*” e não “*uma trivial evolução*”, nas palavras de Choay (2004, p. 61), certamente pela simultaneidade de focos desse crescimento e a sua multiplicidade direccionada, mas também pela sua percepção tardia que não favoreceu a captação de estádios intermédios de expansão que poderiam ajudar na sua apreensão. Perante o resultado final – que não se percebeu chegar – os qualificativos mais frequentes para a sua (des)organização espacial, genericamente negativos, fixam o caos e a falta de inteligibilidade visual, tomando, de certa forma, o todo pela parte, já que é essencialmente o «*espaço entre cidades*» o receptáculo privilegiado da urbanização das últimas décadas, aquele que é, de facto, o elemento *novo* da cidade contemporânea.

Este caos, contudo, importa retê-lo, é o efeito e não a causa, pelo que importa também ter a consciência de que, gostemos ou não do aspecto que o território tomou, esse representa a sua *democratização*, o direito a expressar na «*terra*» um modo de vida, o qual beneficia, progressivamente, de uma maior autonomia relativamente aos padrões tradicionais, nomeadamente pela evolução tecnológica e pelos novos modelos de organização laboral e económica. A configuração do território é, assim, o resultado de um determinado grau de liberdade a que todos temos direito e a que os aspectos culturais conferem uma particular expressão, paradoxalmente uma “*democratização do espaço* (que) parece que (...) se resolve no seu oposto, num espaço que nem a sociedade, nem os grupos enquanto tais conseguem assumir.” (Secchi, 2003, p. 99) Espelha esta incapacidade de aceitação, um dos três problemas<sup>8</sup> que, interpretando as palavras de Secchi (2010, p. 4), “*o século XX não conseguiu resolver*”, exactamente o da *democratização do espaço*, que progressivamente acontece “*no interior de uma profunda*

*redistribuição de valores e de uma modificação dos imaginários individuais e colectivos.*” (Secchi, 2005, p. 27)

### 3. O INSTRUMENTAL: RESISTÊNCIAS OPERATIVAS – QUANDO NÃO SE SABE COMO FAZER...

A dificuldade de assumir a cidade difusa como *figura* tem como resultado imediato a impossibilidade de encontrar instrumentos que permitam efectivamente operar sobre ela. A falta denexo que se lhe aponta é “*antes de mais uma ordem difícil de compreender*” (Corboz, 1994) ou, se se quiser, a sua “*Desordem é simplesmente uma ordem que ainda não somos capazes de perceber*” (Henri Bergson *apud* Ingersol, 2006, p. 10), o que evidentemente clama a necessidade de abandonar as avaliações segundo os mesmos princípios e regras de ordem ou de coerência, os mesmos padrões de beleza e harmonia (Corboz, 1994) que a cidade tradicional, nos quais, em geral, a cidade difusa não encontra correspondência. O que se impõe é a vontade, de facto, de querer perceber a nova realidade e assim encontrar novos mecanismos que permitam apreender a sua essência, com isto descobrindo instrumentos conceptuais, mas também técnicos e operativos, que permitam avaliar o «*novo*», *i.e.* ajustados à(s) sua(s) própria(s) realidade(s) (os quais podem não ser exactamente novos, mas redenhados para responder à especificidade do recente). Tal como notava Choay, em “*Le règne de l’urbain et la mort de la ville*” (1994), sem a libertação das imagens preconcebidas e com ela dos velhos conceitos e do instrumental em que estes se suportam, a disponibilidade mental para que essa descoberta ocorra não acontecerá. Por isso, desenvolver a abertura intelectual que possibilite reconhecer e aceitar as novas ordens, as dissonâncias várias da nova realidade urbana, é condição para ir ao encontro dos “*gérmenes de uma possível nova estética urbana*” (Secchi, 2003, p. 99), certamente nesse percurso necessitando de desenvolver novos modos de percepção desse *objecto de estudo* de proporção não facilmente dominada (nem sequer) em termos visuais.

A este propósito, as imagens por satélite, vulgo o *Google Earth* e afins, possibilitaram uma apreensão da realidade urbana muito dificilmente conseguida de outro modo, e em certos aspectos impossível de adquirir a partir da tradicio-

nal cartografia, devendo-se a essa “*democratização de uma potente tecnologia para a observação do território [...] o efeito paradoxal de difundir um sentido de impotência nas disciplinas que estudam o espaço habitado*” (Boeri, 2011, p. 55). Essa impotência, na verdade, resultou de uma consciência tardia que Secchi (2010, p. 3) retém quando coloca a questão não nos meios, mas no sujeito e no esquecimento a que votou o *território*, um ente omitido da história e estudos da cidade, tal como a sua representação na cartografia, e cuja consequência foi a de ter ficado “*escondido do imaginário colectivo*” enquanto se produzia, durante muito tempo e lentamente, “*uma nova forma de cidade*” (Secchi, 2010, p. 3).

O aparecimento das novas tecnologias de observação por satélite, ou mais concretamente, a sua banalização, *simplesmente* revelou essa transformação, fruto da sua diferente essência na captação ampla e menos selectiva de imagens, «apanhando tudo»; e foi impactante o resultado desse confronto *forçado* com aquela realidade urbana, que não se pressentiu chegar. Provado o mérito da visão zenital, o certo é que ela “*induz o observador a «tomar distância» do território*” (Boeri, 2011, p. 57), desde um ponto de vista mais científico, mas que no caso da cidade difusa se revela pouco útil a ser tomado como único, ou suficiente, para a sua qualificação e para o deslinde da sensação de *caos* a que antes nos referíamos, e que esta visão do alto potenciou. O que parece claro a este respeito é que

“*[...] não é certamente juntando à representação zenital da nova «cidade difusa» algumas descrições agregadas da sociedade, das relações económicas e institucionais do território que conseguiremos sair da retórica do caos.*” (Boeri, 2011, p. 58)

A questão, designadamente para os arquitectos, não será nova, mas convém mantê-la presente num período em que a força das imagens é tão usurpadora e essa “*potente tecnologia*” que a suporta faz parecer os simulacros realidade. Recupera-se, por isso, a título de exemplo e de rememoração, a percepção de Vittorio Gregotti, no clássico “*Território da arquitectura*”, de 1972, quando a propósito da *paisagem* discorria sobre a problemática da sua nomenclatura e descrição. A preocupação media-se pela necessidade de objectividade, centrada no encontro de uma unidade de

leitura ajustada, no reconhecimento de homogeneidades e de estruturas formalmente organizadas (no *campo* e no *conjunto*), e, num segundo momento, nos instrumentos da sua representação. Aqui referia o “*«mapa», o plano fotogramétrico ou topográfico [...] porém só como suporte*”, acrescentando que

“*[...] muito mais complexo que as representações geométricas da arquitectura é, sobretudo, estabelecer uma relação eficaz entre representação e percepção da realidade territorial, realidade cuja dinâmica de substituição é muito veloz*” (Gregotti, 2001, pp. 93, 95).

Ver a partir de baixo, em complementaridade, ajuda a explicar factos que, a partir de cima, são meras geometrias complexas, quiçá não inteligíveis. Essa perspectiva ajudará então, por exemplo, a perceber que é possível simplificar alguma da realidade complexa, designadamente a panóplia funcional e tipológica a que antes nos referimos como característica dominante do «*espaço entre cidades*», mostrando que o que pesa nessa imagem é, como nota Boeri (1998), a repetição de um conjunto limitado de vocabulário tipológico<sup>9</sup>: “*a casa unifamiliar, as casas em banda, o pequeno edifício multifamiliar em altura, a unidade comercial de média dimensão, o pequeno armazém, o centro de lavagem automóvel [...]*” (Boeri, 1998, p. 15)<sup>10</sup>. E é nesse contexto de observação, próximo do chão, que percebemos também acontecer o contrário de uma monotonia visual que a afirmação supra poderia sugerir e como toma forma a *confusão* com que antes adjectivámos a nova cidade: as lógicas de afirmação individual justificam as implantações “*paradoxalmente orgulhosas do seu isolamento e sempre preocupadas em delinear claramente os limites da sua propriedade*” ao mesmo tempo que denotam “*pouca ou nenhuma preocupação com o espaço público*” (Boeri, 1998, p. 15). Tal como é ainda a partir do chão que daqueles gestos banais e reiterados de implantação de objectos, dessa homogeneização, se destacam “*poterosos mecanismos de variação e diferença*” (Boeri, 1998, p. 16) tradutores do seu enraizamento nos sítios onde se localizam, manifestações, pois, de identidades locais que importará reconhecer<sup>11</sup>.

Conciliar pontos de vista distintos e complementares, e alternar entre eles, é, portanto, uma necessidade dos dias de

hoje para abarcar as várias dimensões inscritas no território e operar sobre elas. É essa articulação de escalas, como essência metodológica, que permite ressaltar alguns elementos físicos, os mais perenes, a partir da sua visibilidade diversa nos diferentes planos de observação e que permite percebê-los – e instituí-los – como estruturantes nesses vários níveis<sup>12</sup>. São eles que, numa primeira instância, se observam com o intuito de captar os sinais da sua transformação, esse sendo talvez o passo inicial do urbanista que permite depois operar sobre aqueles, reforçando-lhes o carácter, tornando-os visíveis em caso de subjacência, reinterpretando o seu papel isoladamente e em articulação com outros elementos. Em certa medida esses elementos são facilmente identificáveis – a rede viária, as «polaridades» e alguns edifícios de função excepcional capazes de as fixar, o «verde» ou a «natureza» nas suas diversas dimensões e formas mais ou menos disciplinadas; menos clara, no entanto, é a concretização do seu papel no todo, matéria também ainda carente de um corpo de pensamento, experimentação e ferramentas que a sustente.

#### 4. O "ATLAS ECLÉCTICO" (BOERI, 1997/2011) – QUANDO, AFINAL, SE PODE COMEÇAR...

Na procura desse instrumental conceptual e técnico que nos permita sustentadamente (ou tanto quanto possível) intervir na cidade difusa, e mais concretamente no «espaço entre cidades», é ainda a Stefano Boeri<sup>13</sup> que vamos buscar uma pista, seduzidos pela "representação «a várias entradas»" (Boeri, 2011, p. 59) – com que resume os "atlas eclécticos". Nas palavras do autor:

*"Estes são textos heterogéneos (relatórios, levantamentos fotográficos, descrições geográficas e literárias, classificações, relatórios de investigação científica, pesquisas qualitativas, ensaios e artigos, antologias e monografias, colecções de planos ou projectos) mas similares à abordagem visual."* (Boeri, 2011, p. 59; 2003, p. 432)

Seria esta, então, uma aproximação possível à complexidade de uma realidade que, construída, essencialmente, nas decisões individuais, nas "tensões que estão entre o espaço e a sociedade" (Boeri, 2011, p. 58), assim permitiria (a)notar

a espacialização dessas tensões. Encontramos eco de alguma semelhança de entendimento nas palavras de Secchi (2006, p. 34) quando, a propósito da "história urbanística de uma povoação qualquer", da sua transformação no tempo, advoga a consideração da "coleção dispersa de discursos, desenhos, projectos e acções produzidas por uma multidão anónima de autores", com implicação na prefiguração da cidade e suas modificações, registos que não excluem o contributo dos documentos produzidos por autores especializados na temática urbana. Tal como o encontramos em Gregotti, para citar outro autor incontornável no campo da arquitectura, que voltamos a chamar na sequência do seu pensamento de 1972, acima, sobre a representação da "paisagem antropogeográfica"<sup>14</sup> e a complexidade dessa representação enquanto suporte da percepção da realidade:

*"[...] é, provavelmente, utilizável todo o material que nos fornece a tradição figurativa da paisagem pictórica e fotográfica; lá onde a realidade aparece sempre deformada pela intenção expressiva, ela nos restitui quase sempre a estrutura dos valores concretos (objectivos, no plano da historicidade da percepção) do conjunto geográfico examinado."* (Gregotti, 2001, p. 95)

Certamente como estes, outros especialistas da arquitectura e do urbanismo têm uma compreensão análoga sobre a importância de alicerçar o pensamento sobre o urbano em conteúdos de vária índole<sup>15</sup>, mas o que cremos menos comum e mais importa, quanto a nós, é que esse consenso seja transposto para a compreensão da cidade difusa, sobretudo, do «espaço entre cidades», ajudando na sua explicação despreconceituosa, na sua habilitação conceptual como entidade plena e na intervenção requalificadora que, enquanto tal, necessita. Um "atlas ecléctico", como o entendemos, poderia ser parte (fundamental) desse processo.

Construindo-se no tempo, um "atlas ecléctico" tem a vantagem de poder começar a nascer a partir de questões concretas, de angústias pressentidas ou problemas específicos, mas também de uma selecção de áreas geográficas concretas e limitadas, consoante o que se entenda ser o espaço em que essas questões têm sentido. Não falamos, portanto, da elaboração de um "atlas ecléctico" para o país, ou sequer para todas as suas regiões, municípios, e menos

ainda para as cidades tradicionais<sup>16</sup>. Haverá que descobrir o nexos subjacente à opção por certas partes do território em detrimento de outras, embora, no caso que defendemos, a sua aplicação tenha claramente um alvo – a cidade difusa –, em particular as suas áreas mais negadas que genericamente agrupamos como “espaço entre cidades”. Mas porque também aqui o tempo de elaboração desse documento está implicado, pode ser pertinente priorizar as partes desse espaço a afectar àquela elaboração, que não a sua totalidade, na dependência do que se estude, das questões que com aquele se queira indagar. Assumindo e trabalhando com a complexidade, que sabemos ser característica e recurso qualitativo da cidade difusa, através de um instrumento cuja “representação «a várias entradas»”, como antes salientámos, lhe responde, o “atlas” serviria, por isso mesmo e em primeira instância, para o planeamento daquela (como quer que este se venha a formalizar), para suportar a acção sobre ela.

##### 5. A CONSTRUÇÃO DO “ATLAS ECLÉCTICO” DA CIDADE DIFUSA – ALGUNS ASPECTOS METODOLÓGICOS ...

Um “atlas ecléctico” da Cidade Difusa, por exemplo, do NW Português<sup>17</sup>, seria, portanto, um suporte compreensivo dessa realidade, dessa entidade, construído a partir da reunião de elementos de origens diversas que a suportassem como um todo. Recuperando os elementos que comporiam aquele documento, tal como acima os referiu Boeri, estudos e relatórios científicos, trabalhos fotográficos, mas também escritos literários ou jornalísticos seriam material capaz de informar um Atlas, tais como poderiam ser levantamentos censitários ou investigações temáticas cujo pano de fundo fosse aquela cidade extensa e o que melhor permitisse compreender a sua territorialização. Temas prioritários seriam, neste sentido, aqueles relacionados com a sua essência – a mobilidade enquanto principal causa dessa realidade urbana, ou o verde [assumido no seu sentido mais lato] enquanto matéria-prima da sua composição dispersa, ambos os elementos determinados por uma natureza de continuidade física que não se estanca em limites administrativos.

Poder-se-á talvez afirmar que boa parte dos conteúdos necessários para informar o “atlas ecléctico” existirá já. Os tra-

balhos desenvolvidos desde os primeiros anos de 2000 pelo Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (CE-FAUP) têm produzido uma série de informação que retrata com bastante pertinência o estado de facto, sob o ponto de vista científico, da Cidade Difusa do NW Português. Na realidade, foi este Centro que, em 2002, assim genericamente descreveu aquela “cidade-região”:

*“[...] possui uma população da ordem dos 3.000.000 habitantes, dos quais 2.500.000 estão claramente organizados em sub-sistemas. A sua densidade média é de 680 hab/km<sup>2</sup> e as suas dimensões máximas são de 120 Km na direcção N/S e de 50 na direcção E/O. Tem um perfil económico muito ligado à indústria transformadora [...] que se caracteriza por uma forte vertente exportadora cujo entreposto é polarizado pelo Porto.”* (FAUP, 2002, p. 36).

Na sequência desse estudo, os dois volumes de Políticas Urbanas<sup>18</sup>, da autoria de Nuno Portas, Álvaro Domingues e João Cabral, embora não centrados naquela Cidade e visando antes discutir “as políticas urbanas em Portugal” (Portas et al., 2003, p. 15), consagram-lhe alguma matéria específica que poderia ser directamente aproveitada e alguma outra, menos específica, que caberia reinterpretar. De modo semelhante, no âmbito da elaboração do PROT-Norte<sup>19</sup> foram produzidos conteúdos temáticos diversos, quer por aquela mesma equipa quer por outras, os quais, embora novamente não específicos da Cidade Difusa, se feito o seu reenquadramento, poderiam ser utilizados.

Num contexto menos «científico», também Álvaro Domingues tem, em certos aspectos, desenvolvido alguns trabalhos enquadráveis nesta ideia do “atlas ecléctico”. *A Rua da Estrada* (2009. Porto, Dafne) e *A Vida no Campo* (2011. Porto, Dafne), ainda que, também estes, não centrados na Cidade Difusa do NW Português aqui considerada, ilustram aspectos essenciais da sua construção, que já antes referimos. O primeiro registo, focado no tema da mobilidade, retrata, através de fotografias comentadas, a metamorfose do urbano [após as transformações da cidade e do campo], em que esta “emerge como resultado da relação, do movimento”; o segundo registo, no qual está subjacente uma boa parte do nosso imaginário relativo ao «verde», reflecte, através da recuperação e associação de textos (mais ou

menos) literários de autores diversos, textos próprios e fotografias, sobre as transformações recentes “da realidade da rural” e as “múltiplas narrativas” a que dão origem, como se escreve nas contracapas desses livros.

A questão que permanece, contudo, sem resposta antecipada é a da configuração desse Atlas, ou seja, como se compilaria a informação disponível, já que não o antevemos segundo uma interpretação de atlas clássico, aquele a que nos habituámos decorrente de uma perspectiva fundamentalmente geográfica. Sem capacidade para predeterminar um formato, que teria de ser, ele próprio, resultado de uma investigação específica, parece-nos central a vertente propositiva, ou seja, a incorporação de aspectos sugestivos de *proposta*<sup>20</sup>. A pertinência desse documento, enquanto instrumento, estaria exactamente, cremos, numa organização de conteúdos que conciliasse a lógica analítica com a sugestão de pistas de acção; ainda que sem esta.

Neste sentido, três estudos/publicações poderiam ser referência relativamente ao modo de fazer:

> *Project on the city* (2001), dirigido por Rem Koolhaas e coordenado por Jeffrey Inaba, em particular o volume I – “*Great leap forward*” –, no qual uma série de alunos da Harvard Design School estudam o Delta chinês do Rio Pearl (*China's Pearl River Delta*) através de uma série de “*estudos interrelacionados que em conjunto tentam dar uma visão geral inicial da condição(ões) urbana(s) emergente(s)*.” (Koolhaas, 2001, p. 28) A abordagem dessa área (composta pelas cidades Zhuhai, Guangzhou, Dongghuan, Shenzhen e Hong Kong) é feita através de temas pertinentes que se apresentam a partir da cidade(s) que melhor os representa: Ideologia (Shenzhen), Arquitectura (Shenzhen), Dinheiro (Dongghuan), Paisagem (Zhuhai), Política<sup>21</sup> (Guangzhou) e Infraestrutura (Pearl River Delta) – ilustrados por textos diversos, mapas, diagramas e fotografias que complementam o escrito base. A transposição desta situação para o caso da Cidade Difusa do NW Português pressuporia, no nosso entender, a eleição de temas ajustada à sua especificidade, espacialmente suportados onde fizessem sentido, independentemente da sua coincidência com (limites de) cidades, freguesias ou municípios.

> *USE, Uncertain States of Europe. A Trip through a changing Europe* (2003), um projecto de Multiplicity<sup>22</sup> que percebe a Europa como “[...] uma única imensa cidade [...] que abarca as diferenças mais extremas”, tal como se escreve na contracapa da publicação, e que a apresenta como um “*caleidoscópio*”. Através de fotografias, mapas e imagens mais ou menos diagramáticas, textos temáticos e entrevistas, a Europa é exposta por recurso a 26 casos de estudo<sup>23</sup> de geometrias geográficas e administrativas diversas, de cuja análise resulta, para cada uma, um tópico-chave para a sua compreensão. Por um lado, esta ideia de tópico caracterizador de *um individual* que contribui, com essa especificidade, para o conhecimento do conjunto; e, por outro, a abertura para aceitar aquelas áreas de *geometrias diversas* como contribuintes com a mesma importância no conhecimento desse conjunto, independentemente do papel que desempenham no todo, são os aspectos que mais destacamos deste trabalho enquanto inspiração para o Atlas da Cidade Difusa do NW Português.

> *Switzerland. An urban portrait* (Diener *et al.*, 2006), um projecto do ETH Studio Basel<sup>24</sup>, que propõe um olhar sobre o País urbano segundo um novo entendimento, do qual resulta

“[...] um projecto, uma ideia para uma futura topografia do desenvolvimento da Suíça, baseada em cinco tipologias: as regiões metropolitanas, as redes de cidades, as zonas calmas, as terras de pousio alpinas e os *resorts*.” (Diener *et al.*, 2006, p. 18)

O “*mapa-tese*”, como os autores o designam, espelho dessa visão, constitui o documento final de um conjunto de 3 “*livros*” temáticos<sup>25</sup> que desmontam, primeiro, a Suíça urbana e, depois, as unidades em que essa é subdivida através de mapas gerais, parciais e mapas-diagrama, gráficos, esboços e fotografias, maioritariamente de formato-paisagem e aéreas; mas que fundamentalmente questionam taxonomias e imagens preconcebidas. Para o “*atlas ecléctico*” da Cidade Difusa que aqui discutimos dois aspectos deste trabalho são particularmente motivadores: por um lado, a abordagem do conjunto através do reconhecimento de *figuras*

tipológicas e das diversas sub-entidades geográficas que as concretizam, às quais se consagram várias páginas de “*retratos individuais*” (Diener *et al.*, 2006, p. 481), uma ponte facilmente estabelecida com o Noroeste Português e os subsistemas urbanos que o caracterizam, pese embora a diferença de escala dos objectos de estudo em causa; daqui retemos especialmente o modo de apresentação desses “retratos” ao leitor, cuja leitura é orientada por uma ou duas perguntas que os autores elegem como chave em cada contexto específico e que são lançadas em género de subtítulo no início de cada capítulo. Por outro lado, e muito particularmente, destaca-se a vertente propositiva traduzida quer nas perguntas-chave apenas referidas, quer na representação sistematizada do “*mapa-tese*” que se oferece como novo ponto de partida para explorar, como acima dito, o “*desenvolvimento da Suíça*”, lançando o desafio sobre desfecho equivalente para o objecto de estudo nacional.

Os tópicos sugeridos pela análise destes trabalhos, enquanto se assumem como pistas para a construção do Atlas da Cidade Difusa do NW Português confrontam-nos também com a necessária conciliação entre objectividade e ideologia, a qual estará patente no que se representará ou não, no que queremos ver ou não, nos elementos do território/espço que pomos em relação, que mostramos. De certa forma é esta, na verdade, uma *velha questão*, mesmo que nem sempre consciente, que importa (re)lançar. Ou não tivesse estado sempre presente diante dos nossos olhos a cidade extensa que se apresenta como *novidade* contemporânea e que simplesmente nunca vimos/percebemos: em 1762, afirmava João Batista de Castro (*apud* Domingues, 2011, p. 41): “*Parece toda a Província huma Cidade continuada*”. Referia-se este autor à urbanização dispersa da Província do Minho... antecipando em séculos o que, apenas recentemente, concretizámos como cidade; ou parte dela.

## BIBLIOGRAFIA

- Brenner, N.** (ed.) (2014). *Implosions/Explosions. Towards a study of planetary urbanization*. Berlim, Jovis.
- Boeri, S.** (2011). *L'Anticittà*. Roma/Bari, Laterza.
- Boeri, S.** (2003). Eclectic Atlases. In: *Multiplicity. USE – Uncertain States of Europe. A trip through a changing Europe*. Milão, Skira, pp. 424–451.
- Boeri, S.** (1998). The italian landscape: towards an «eclectic atlas». In: Basilico, G.; Boeri, S. *Italy: cross sections of a country*. Zurique, Scalo, pp. 9–24.
- CE-FAUP** (2002). *Cidade Difusa do Noroeste Peninsular – Portugal*. Porto, CE-FAUP (trabalho não publicado/policopiado).
- Choay, F.** (1969). *Espacements*. Paris, Editions du Seuil.
- Choay, F.** (2004). El reino de lo urbano y la muerte de la ciudad. In: Martín Ramos, A. (Ed.). *Lo urbano en 20 autores contemporáneos*. Barcelona, UPC, pp.61–72 [Ed. Orig. 1994].
- Corboz, A.** (1994). L'ipercittà. In: *Urbanistica*, 103, pp. 6–10.
- Dematteis, G.** (1998). Suburbanización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: Monclús, F. J. (Ed.). *La ciudad dispersa*. Barcelona, Centre de Cultura Contemporànea de Barcelona, pp. 17–33.
- Diener, R. et al.** (2006). *Switzerland, An urban portrait*. Basel/Suíça, Birkhäuser.
- Domingues, A.** (2009). *A Vida no Campo*. Porto, Dafne.
- Español, J.** (1996). Interrogants sobre la difusió urbana. In: *Actes de les II Jornades de Geografia i Urbanisme* (1995). Girona, pp.13–17.
- Indovina, F.** (1990). La città diffusa. In: Indovina, F. et al (Ed). *La città diffusa*. Venezia, Daest, pp. 19–43.



**Indovina, F.** (1999). La città diffusa: cos'è e come si governa. In: Indovina, F. [Ed]. *Territorio. Innovazione. Economia. Pianificazione. Politiche. Vent'anni di ricerca Daest*. Venezia, Daest, pp. 47–59.

**Ingersoll, R.** (2006). *Sprawltown. Looking for the City on Its Edges*. Nova Iorque, Princeton Architectural Press.

**Gregotti, V.** (2001). *Território da arquitetura*. São Paulo, Perspectiva. [Ed. Orig. 1972]

**Koolhaas, R.** [dir.] (2001). *Project on the City*. Vol. I: «Great leap forward: Harvard design school». Köln, Taschen.

**Monclús, F. J.** (1998). Suburbanización y nuevas periferias. Perspectivas geográfico-urbanísticas. In: Monclús, F. J. [Ed.]. *La ciudad dispersa*. Barcelona, Centre de Cultura Contemporànea de Barcelona, pp. 5–15.

**Portas, N. et al.** (2003). *Políticas Urbanas: tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa. FCG

**Multiplicity** (2003). *USE – Uncertain States of Europe. A trip through a changing Europe*. Milão, Skira.

**Secchi, B.** (2001). *Prima lezione di urbanistica*. Roma/Bari, Laterza.

**Secchi, B.** (2005). *La città del ventesimo secolo*. Roma/Bari, Laterza.

**Secchi, B.** (2010). Prefácio. In: Grosjean, B. *Urbanisme sans urbanisation. Une histoire de la «ville diffuse»*. Bélgica, Mardaga, pp.3–5.

**Secchi, B.** (2013). *La città dei ricchi e la città dei poveri*. Roma/Bari, Laterza.

**Sieverts, T.** (2003). *Cities without cities. An interpretation of the Zwischenstadt*. Londres/Nova Iorque, Spon Press. [Ed. Orig. 1997]

**Viganò, P.** (1999). *La città elementare*. Milão, Skira.

## NOTAS

1. “Population Division” In: United Nations, Department of Economic and Social Affairs. [Em linha] Disponível em <<http://www.un.org/en/development/desa/population/theme/urbanization/index.shtml>>. [Consultado em 01-03-2014].
2. Todas as citações transcritas das publicações em língua não-portuguesa são traduções da responsabilidade da autora.
3. Sieverts (2003, p. 3), embora salvaguardando as “diferenças massivas, dependentes do desenvolvimento económico, cultura e topografia”, regista a partilha entre as cidades de todo o mundo de “específicas características comuns: uma estrutura de ambientes urbanos completamente diferentes que à primeira vista é difusa e desorganizada com ilhas individuais de padrões geometricamente estruturados, uma estrutura sem um centro clara, mas por conseguinte com muitas áreas funcionalmente especializadas, redes e nós.”
4. Como o próprio livro editado por Neil Brenner testemunha, assumindo-se no Prefácio como “um diálogo transcontinental sobre urbanização e teoria urbana” (Brenner, 2014, p. 6) a partir de contribuições de investigadores de Cambridge, Zurique, Nova Iorque, Toronto, Belo Horizonte, Londres, Los Angeles, Madrid, Melbourne, Miami, Singapura e Vancouver.
5. O artigo de Indovina, “La città difusa: cos'è e come si governa” (1999), é particularmente pertinente para a precisão terminológica do termo que primeiro cunhou em 1990. Nesse artigo inicial de 1990, o autor afirma reflectir sobre um fenómeno cuja “forma” é “*não morfológica, mas de organização do espaço*” (Indovina, 1990, p. 1), sendo possível reconhecer as transformações que lhe deram origem noutras zonas de Itália e admitindo poder essa ser a resposta italiana, eventualmente europeia, aos problemas que geraram os subúrbios americanos (com os quais partilha algumas características). Alguns anos mais tarde, no artigo supra, de 1999, precisa essa primeira definição, constatando a (demasiada) genera-

lização da aplicação terminológica a que foi entretanto sujeita. Mantém o privilégio dos “*atributos funcionais e de relações sociais*” sobre os “*físicos-morfológicos*” (Indovina, 1999, p. 48), mas o entendimento de cidade difusa é fixado no conjunto das três condições estruturais enunciadas no texto.

6. Esta é apenas uma descrição entre tantas as que se encontram em publicações diversas, em variantes múltiplas, mas semelhantes, e que poderia ser transcrita a partir delas. Assim, e meramente a título de exemplo, é notável a sintonia de descrição em textos de autores e tempos de escrita tão distintos como Boeri, S.; Lanzani, A.; Marini, E. (1993). *Il territorio che cambia. Ambienti, paesaggi e immagini della regione milanese*. Milano, Editrice Sagesta; Sieverts, T. (1997). *Zwischenstadt*. Vieweg; Ingersoll, R. (2006). *Sprawltown. Looking for the City on Its Edges*. Nova Iorque, Princeton Architectural Press; Solà-Morales, M. (2009). Los vacíos de la metrópolis=The voids in the metropolis. In: Luciano G. Alfaya, Patricia Muniz (Ed.). *la ciudad, de nuevo global=the city, global again*. Corunha, COAG, pp.129-139; Boeri, S. (2011). *L'anticità*. Bari: Editori Laterza; Gottdiener, M. (2014). The New Form of Urban Space and Its Architecture. In: Santos, Paula M. e Seixas, Paulo C., (org). *Globalization and Metropolization: Perspectives in Europe's West Coast*. Berkeley, Berkeley Public Policy Press, pp. 15-26.
7. Diziam Francesco Indovina, em 1990, que “[...] na ausência de um desenvolvimento da mobilidade através de um meio privado a cidade difusa não teria podido surgir, a qual surge e vive enquanto cidade automobilística.” (Indovina, 1990, p. 32) Em sintonia, confirmando-o como um entendimento comum a “*muitos estudiosos e segundo uma opinião difusa*”, Secchi (2005, p. 4) afirma que “*o automóvel se torna [...] o maior responsável pela dispersão na última parte do século.*”
8. Os outros dois problemas a que Secchi (2010, p. 4) se refere são: a “*emergência do sujeito*” e a “*emergência do quotidiano*”, que alguns anos antes identificava, (ainda) não como “*problemas*”, mas como “*temas propostos pela sociedade do século vinte*” (Secchi, 2005, pp. 26-7), e assim concretizava: o primeiro como “*o emergir do sujeito e da sua irredutível autonomia, da sua exigência de um espaço da «privacy» e do isolamento*”; e o segundo como “*o emergir do quotidiano, da dimensão corporal e temporal da cidade como dimensões fundamentais do bem-estar individual e colectivo*”.
9. Em 1999, também Paola Viganò (1999, p. 18) usa palavras semelhantes captando percepção equiparável: “*No interior desta cidade [...] notamos, no entanto, o repetir-se de alguns objectos, reconhecemos alguns materiais recorrentes: parques de estacionamento, centros comerciais, vivendas, campos desportivos...; materiais nomeáveis, formalmente acabados, dotados de características precisas, que se declinam nas diversas sequências.*” (Viganò, 1999, p. 18) É ainda interessante registar aquela constatação – que a cidade contemporânea se faz determinadamente pela adição repetida de determinadas peças isoladas – em comparação com outra notada por Bernardo Secchi (2001, p. 59) relativa à cidade que “*entre o Renascimento e o século XIX [...] se construiu através da disposição e composição de grandes blocos de materiais pré-fabricados*”, numa evolução e aperfeiçoamento de que Paris de finais do século XIX é a expressão acabada, a partir da articulação de “*traçados*” e “*complexos edificadas emergentes*” enquanto “*elementos dessa nova linguagem urbana*”.
10. Mais do que pesa, ainda segundo Boeri (1998, p. 15), a “*adição de grandes áreas recém-construídas (complexos residenciais ou de serviços, estruturas de recepção e multiusas, grandes «estações» de mobilidade contemporânea, infra-estruturas – estradas, viadutos, barragens, caminhos-de-ferro, túneis, etc.)*”
11. Refere Secchi (2010, p. 4) que “[...] a história da cidade difusa é ainda a da construção [...] de uma cidade «democrática», fortemente fundada nos valores comunitários e identitários.”
12. Um exercício com estas premissas foi elaborado pela autora deste artigo a partir da reinterpretação da rede viária numa área da Cidade Difusa do NW Português. V. Garcia, Sara Sucena (2010). *Red Viaria y Territorio en el “Vale do Ave”*. La red viaria de nivel intermedio como estructura

*del paisaje urbano en NW portugués*. Tese de Doutoramento. Barcelona, ETSAB-UPC [versão pdf: <http://www.tdx.cat/handle/10803/22725>], Capítulos 4 e 5.

13. Desde 1997, em vários artigos, Stefano Boeri tem vindo a expor a noção de “atlas eclético”. Das versões que conhecemos, (em 1998, 2003 e 2011. Cfr. Bibliografia), parece-nos a definição coincidente de 2003 e 2011, que acima transcrevemos, a mais clara.
14. Nas suas palavras, em nota de esclarecimento: “*indicando «o ambiente modificado pelo trabalho ou pela presença do homem»*” (Gregotti, 2001, p. 61).
15. Se fosse este o intuito do presente texto, não faltariam testemunhos bibliográficos que o atestariam, os quais optámos por não sistematizar confiantes no sentido lógico de uma afirmação que deles prescinde sem ser posta em causa.
16. Na verdade, importa a este respeito clarificar que nem sequer nos referimos a limites administrativos institucionais, quaisquer que sejam. Pode ser pertinente considerar os existentes como outros que, no contexto das perguntas feitas, surjam como os mais pertinentes, os que fazem sentido.
17. «Cidade Difusa do NW Português», uma assunção que resulta da interpretação livre da autora do presente texto relativa a um estudo intitulado *Cidade Difusa do Noroeste Peninsular*, desenvolvido em parceria pelo Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Direcção General de Urbanismo da Xunta de Galicia e Universidade da Corunha, e concluído em 2002.
18. Ver: Portas, N. *et al* (2003). *Políticas Urbanas: tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa. FCG e Portas, N. *et al*. (2011). *Políticas Urbanas II: transformações, regulação e projectos*. Lisboa. FCG.
19. Documento concluído e em processo de sujeição “à aprovação do Governo Português” *in*: *Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte*. [Em linha]. Disponível em <<http://www.ccdr-n.pt/pt/ordenamento-do-territorio/inst-de-gestao-territorial/>>. [Consultado em 02-05-2014].
20. Seria esta, na verdade, a questão-chave que diferenciaria o “*atlas eclético*” que aqui se defende e a versão tradicional de atlas. A este propósito, assumimos a perspectiva de Gregotti (2001, p. 63) quando distingue os campos disciplinares próprios da geografia e da arquitectura fundamentalmente em dois aspectos: “*a nível de escalas*” e, colhendo o argumento que aqui particularmente nos interessa, “*caracterizando a uma como disciplina descritiva e a outra, como disciplina projectual.*”
21. No original, “*Policy*” (N. da R.).
22. *Multiplicity – Um organismo de pesquisa da condição urbana*”, tal como se define na contracapa da obra, constituído por Stefano Boeri, Maddalena Bregani, Francisca Insulza, Francesco Jodice, Giovanni La Varra e John Palmesino.
23. 01 Paris, 02 Belgrado, 03 Grã-Bretanha/Eslovénia, 04 Alemanha, 05 Pristina, 06 Benelux, 07 Alpes Suíços, 08 Elche, 09 Tyneside, 10 San Marino, 11 Mazara del Vallo/Túnis, 12 Helsínquia, 13 Bucareste, 14 Brianza, 15 Zurique, 16 Porto, 17 Moscovo, 18 Riviera Francesa, 19 Brabant, 20 Atenas, 21 Amesterdão, 22 Santiago de Compostela, 23 Roménia, 24 Valle del Belice, 25 Porto de Valência, 26 Ancona.
24. Encabeçado por quatro arquitectos – Roger Diener, Jacques Herzog, Marcel Meili e Pierre de Meuron – e um geógrafo – Christian Schmid.
25. Pelo carácter sugestivo que acrescentam à apresentação da obra, importa apresentar os títulos completos dos vários livros-capítulos: Livro 1: *Introdução. Suíça – apresentada em termos de Redes, Fronteiras e Diferenças*; Livro 2: *Fronteiras, Comunas. Uma breve história do território* e Livro 3: *Materiais para um Projecto Urbanístico*.